

A CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER ESTATAL NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Elessandra Fabiana Monteiro dos Santos Kurtz¹

Tamara Cardoso André²

RESUMO

O presente artigo, conta com estudos sobre a questão da centralização e descentralização do poder estatal nas Instituições Escolares no Brasil. Esse tema, por mais que pensemos que esteja esgotado, necessita ser constantemente revisitado para que lancemos novos olhares a fim de averiguar de que forma ele vem sendo reformulado através das políticas públicas se organizam ao longo do tempo e são distribuídas através dos programas às escolas públicas. Também necessitamos estar atentos à forma como essas instituições vem sendo geridas, por se tratarem daquilo que é público, precisam ser dessa forma concebidos e muitas vezes as pessoas da comunidade escolar e local, não conseguem percebê-lo assim, haja visto que os programas são de obrigatoriedade das escolas mantê-los em funcionamento e legalizado para que possam receber as verbas provenientes do governo, conforme será visto a seguir, de forma mais específica no Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE; porém essa é apenas uma das maneiras de “descentralização centralizada”.

Palavras-chave: Educação, Gestão Escolar Democrática, Poder Estatal.

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho foi motivado pela experiência vivida ao trabalhar por vários anos na Educação Infantil, como Professora, Diretora de Centro Municipal de Educação Infantil e Coordenadora Pedagógica a serviço da Secretaria Municipal de Educação, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. As reflexões e estudos foram se organizando ao longo desse período e fortalecendo a autora para o debate com seus pares. Assim, o presente

¹ Pós-Graduada em Psicopedagogia; Educação Infantil, Neurociência e Aprendizagem e Docência no Ensino Superior. Pedagoga. Professora de Educação Infantil no Centro Municipal de Educação Infantil Soldadinho de Chumbo no Município de Foz do Iguaçu/Pr. Aluna do PPG Sociedade, Culturas e Fronteiras – Unioeste/2023. E-mail: elessandraalthoff@gmail.com.

² Mestre e Doutora em Educação, Pós-Graduada em Psicopedagogia; Pedagoga; Professora Orientadora do PPG Mestrado Sociedade, Culturas e Fronteiras – Unioeste/Campus Foz do Iguaçu/PR. E-mail: tamaracardosoandrefoz@gmail.com.

relato tem o objetivo de trazer aos leitores as ocorrências, por menores que sejam num primeiro momento, a fim de refletir sobre as relações de poder existentes dentro dos muros escolares, no que se refere à gestão escolar.

Relacionado a isso, objetivamos: contextualizar as questões sobre a centralização e descentralização dos recursos provenientes do Governo Federal às Instâncias Colegiadas e quais suas implicações nas relações de poder que envolvem a educação, mas que acabam ficando nas entrelinhas; demonstrar uma pesquisa qualitativa, em que realizamos a análise bibliográfica de dados do Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, referentes à participação das Escolas, especificamente no Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE; verificar os problemas encontrados ao longo de 20 anos de aplicação do referido Programa; perceber em quais sentidos e circunstâncias as instâncias colegiadas conseguem auxiliar as Escolas/CMEIs.

Apesar da soberania popular prevista no rol de orientações presentes nos regimentos legais das instâncias colegiadas, percebemos na prática escolar³ o distanciamento da comunidade, devido à falta de participação das famílias às reuniões escolares, mesmo nas entregas de avaliações de seus filhos e falta de comunicação entre a escola e os pais, quando deveriam ser complementares um do outro, conforme cita a Constituição Federal em seu Art. 205.

Nesse sentido, é preciso estudar e refletir sobre a problemas que envolvem a prática escolar, inclusive o estreitamento dos laços entre a família e a escola, que também estão previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Art. 12, Incisos VI e VII, onde diz que é de suma importância esse relacionamento. Mesmo havendo várias maneiras de articulação, o que ainda predomina em muitos lugares são as festas culturais tradicionais brasileiras, mas percebe-se que elas são organizadas pelas escolas/CMEIs, porém não cumprem seu objetivo principal. As festas deveriam ser criadas para integrar sociedade e a escola, mas acabam se tornando eventos com o objetivo de lucrar para gerir melhor a própria unidade escolar. Quando na organização

³ Sendo Professora de Educação Infantil de carreira há 15 anos, a autora já foi gestora de uma unidade escolar/CMEI por aproximadamente quatro anos (set/2010 a julho/2014), e passou por vários Centros Municipais de Educação Infantil onde conversou com os gestores escolares durante o período em que esteve na Coordenação Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação (2015/2016). A autora percebeu na prática escolar a falta de conhecimentos a respeito das relações de poder existentes, sobre a gestão democrática e participativa e a falta de participação da comunidade escolar às reuniões escolares e entregas de avaliações, bem como a falta de comunicação entre escola e comunidade e até mesmo a criação de momentos oportunos para isso, parte disso, porque a escola/Direção está sobrecarregada com suas atribuições.

delas, já se procura verificar o que será feito com a arrecadação e se perde o foco da integração.

Algumas perguntas podem surgir durante o processo de reflexão sobre a relação escola e comunidade: quais as relações de poder existem na escola? Como ocorre a descentralização centralizada, sobre a qual tratará este artigo? Será que recebendo as verbas do Governo, ainda é necessário fazer festas com vistas a angariar fundos? Como a escola está sendo gerida, sendo que as verbas provenientes do Governo não são suficientes? Os gestores escolares têm apoio com formações sobre os procedimentos de prestações de contas ou demandas em relação à participação dos pais e professores? A comunidade está ciente de seu papel social junto à escola? E muitas outras perguntas podem e devem surgir pensando na problemática.

Assim, a pesquisa se torna de grande valor para encontrar respostas às dúvidas e organizar os pensamentos e os conhecimentos para que todas as pessoas em geral: pais, servidores escolares e pesquisadores de áreas afins, possam perceber o seu nível de envolvimento com a educação de seus filhos, com as políticas públicas sociais e educacionais ou como poderiam fazer parte disso tudo. Um problema que perpassa toda a situação de administração das verbas da escola é o da municipalização e descentralização da educação, tema do próximo tópico.

METODOLOGIA

Essa pesquisa qualitativa e bibliográfica mostra que enquanto pesquisadora, a professora que vos escreve acaba por não separar, como diz Creswell (2007, p. 185) o “eu pessoal do eu pesquisador”, reconhecendo que há honestidade na pesquisa e investigação, com muitos valores agregados, refletindo a sensibilidade de sua biografia pessoal e sua relação com o estudo proposto. No que diz respeito ao procedimento, nesse método de pesquisa, as declarações pessoais também são incorporadas, por meio de sua vivência ou convivência com o objeto de estudo, no caso, “o chão da escola”.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, atualmente, várias são as Políticas Públicas existentes em atenção à Educação, que são transformadas em Programas com vistas ao cumprimento das legislações que preveem as melhorias das unidades escolares, o acesso para todos, a

permanência dentro do sistema escolar, a construção de novas unidades, enfim, tudo que envolve as questões nesse sentido, que são mantidas pelo Governo Federal, dentro do Ministério da Educação-MEC, pelo FNDE.

O FNDE é o responsável pelo gerenciamento, repasse das verbas destinadas aos vários programas de suporte à Educação Nacional e à fiscalização de seus usos. Em seu site⁴, existem muitas informações a respeito do que são os planos e programas, a quem se destinam e como as instituições devem participar. Os programas disponibilizados são: Bolsas e Auxílios, Brasil Carinhoso, Caminho da Escola, Formação pela Escola, Plano de Ações Articuladas - PAR, Programa Banda Larga nas Escolas - PBLE, Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, Programas do Livro e do Material Didático - PNLD, Proinfância, Proinfo e Programas Suplementares.

Fazendo parte desse rol, a Lei 11947/09, do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE⁵, diz em seu artigo 22, que as entidades que dele podem fazer parte são as “escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, as escolas de educação especial e os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB”. A sua finalidade é de dar apoio suplementar de assistência financeira para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, fortalecer as comunidades locais através da participação social na gestão democrática por meio da tomada de decisões junto à Gestão Escolar, através das instâncias colegiadas, a saber as Unidades Executoras Próprias (UEX): Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), Conselhos Escolares e similares, e, no caso das Escolas Especiais/Escolas da Modalidade, pelas Entidades Mantenedoras (EM), visando conseqüentemente a melhoria do desempenho escolar.

As UEX, podemos dizer que são bases comunitárias, entidades ou organizações políticas com CNPJ, através do qual se torna uma empresa constituída sem fins lucrativos, com regimento e com um fim determinado, um objetivo para existir, possuindo seu regimento e seguindo características locais. Os gastos devem estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico – PPP, da Instituição Escolar; e o Conselho Escolar precisa

⁴ Fonte de dados: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>.

⁵ Criado em 1995, com o nome Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), que teve sua nomenclatura alterada pela Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998 e instituído pela Medida Provisória nº 2.100-31, de 24 de abril de 2001, veio a tornar-se na Lei 11.947 apenas em de 16 de junho de 2009, (vemos a morosidade de mais de 10 anos para o Programa ser definido enquanto legislação).

também se reunir, para participar da atualização do PPP a cada ano ou no máximo 2 anos, além daquilo que é definido em seu regimento, porém essa atualização e reuniões para isso muitas vezes não ocorrem e a instituição escolar acaba realizando por si só, sem a participação da comunidade local.

A cada período que se passa, são criadas Resoluções que vão reorganizando as normas do PDDE, lhe dando características específicas, pelos quais serão feitos repasses duas vezes ao ano, a primeira até 30 de abril e até 30 de setembro;

- Às Entidades Executoras - EEx, que são as Prefeituras e Estados e às Unidades Executoras - UEx, que são os Conselhos Escolares, Associação de Pais, Mestres e Funcionários de cada escola pública ou polo presencial da Universidade Aberta do Brasil, que cumprirem os requisitos de serem cadastradas as novas entidades criadas e atualizados os seus cadastros a cada ano, por meio da internet, especificamente no Sistema PDDEweb, no site do FNDE/MEC, estando aptas e adimplentes com as prestações de contas de recursos do PDDE;
- Às Entidades Mantenedoras – EM, das Escolas Privadas de Educação Especial, deverão estar aptas em relação às suas normas específicas e adimplentes com as prestações de contas de recursos do PDDE.

O repasse dos recursos do PDDE é feito com base no Censo Escolar, do Sistema Educacenso realizado no ano anterior ao do repasse e existe um valor *per capita* para cada aluno matriculado. Para os polos da Universidade Aberta do Brasil – UAB, será feito o repasse de acordo com o número de alunos fornecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES - do Ministério da Educação.

As Instituições que vão receber os repasses necessitam ser atualizadas a cada exercício e necessitam fazer até o dia 31 de dezembro a distribuição dos percentuais de recursos que desejarão receber em forma de custeio e/ou capital no ano seguinte ao da informação. Aqueles que assim não o fizerem, receberão percentuais definidos na legislação sem poder opinar depois.

As normas para as referidas compras de custeio ou capital, apontam para a destinação dos recursos que podem ser de manutenção e pequenos investimentos como: aquisição de material permanente, realização de pequenos reparos, aquisição de material de consumo, na avaliação da aprendizagem, enfim, o que seja para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas.

As formas de procedimentos para utilização dos recursos do PDDE são estabelecidas pela Resolução nº 9/2011 e, conforme o site do FNDE, pode ser resumido em seis passos:

1. A UEx ou EM deverá consultar a comunidade escolar a respeito do que deve ser adquirido, observando-se as necessidades da escola, por meio de reunião e anotada em ata e divulgada em edital, boletim e outros meios, fomentando o conhecimento e a participação da comunidade escolar, dando transparência ao uso do recurso público.
2. Deve ser realizada uma pesquisa de preços, sendo necessários três orçamentos de cada item, a fim de analisar o melhor preço.
3. Deve ser levada em consideração o menor preço ou a melhor proposta de compra, melhor qualidade do produto ou serviço e os prazos de entrega que melhor atendam às necessidades da escola.
4. Na entrega dos produtos ou após a realização de serviços deverá ser exigida a nota fiscal ou cupom fiscal para posterior prestação de contas.
5. As UEx devem fazer o tombamento dos bens permanentes adquiridos com os recursos públicos, para a EEx, preenchendo o Termo de Doação de Bens, para incorporação ao patrimônio da EEx.
6. Toda a documentação referente ao PDDE e suas ações deverão ser guardados por 10 anos na sede da Escola beneficiária.

O Programa ainda conta com ações agregadas que possuem finalidades e públicos-alvo específicos, seguindo os mesmos moldes do repasse de recursos como o PDDE básico, que são: PDDE Qualidade: Educação Conectada e Novo Ensino Médio; PDDE Estrutura: subdividido em Água e Esgotamento Sanitário e Escola Acessível.

Por se tratar de verbas provenientes do Estado para cada Unidade Executora, o caracteriza uma certa descentralização do poder jurídico e político, pois pode tomar algumas decisões, no sentido de desenvolver as atribuições que lhe competem, inclusive com parte da gestão democrática das escolas, mas ocorre a regulação social através da prestação de contas, onde são indicados os produtos que devem ser comprados com essas verbas e também pela descentralização do poder econômico, ao “dar” esse poder de compra “à comunidade”. Podemos classificar como um “falso poder”, haja vista que o Estado poderia fazer os repasses de verbas, sem indicar os produtos, baseando-se na confiança de que seria feito o que há de melhor para as escolas, mas politicamente, percebemos que quando as pessoas são empoderadas, acabam se corrompendo por ideias, pensamentos e pelo próprio dinheiro. Diante disso, é feito todo esse controle, a imposição

das compras e de sua prestação de contas para que isso seja evitado e para que o próprio Estado não perca o poder de controle social. De certa forma, os programas são feitos para garantir à Educação a aplicação dos percentuais mínimos colocados na letra da lei.

Peroni e Adrião (2007), em pesquisa feita em 2004/2005, intitulada “Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na Educação?”, mostrou o estado de cada região do país, onde a implantação, desde 1995, e a implementação do PDDE. As autoras estudaram desde no ano em que se iniciaram os repasses (1995), até o ano de publicação do artigo (2007). Estudaram, portanto, os repasses dos recursos financeiros de um mecanismo estatal para a esfera não-estatal, através das organizações sociais de direito privado, públicas, o que supostamente favoreceria a agilidade na transferência do processo de repasse das verbas. Cada um dos Estados estudados, segundo as autoras, apresentou suas especificidades, mas o que chama a atenção é que assim como existiam vantagens para o processo de descentralização dos recursos, pois assim conseguiam atender mais rapidamente as demandas da escola, existiam também as desvantagens, como, por exemplo:

- Problemas em relação ao não-funcionamento dos Conselhos Escolares, porque a comunidade não se interessava em participar de suas reuniões para deliberar a respeito das responsabilidades do PDDE;
- Falta de reuniões regulares conforme o regimento preconizava;
- A comunidade escolar não se reconhecia como instância representativa;
- Dificuldade de os diretores lidarem com a divergência na tomada de decisões;
- Nos locais mais distantes, houve falta de formação inicial dos técnicos das Secretarias de Educação, o que resultou no não-recebimento das verbas provenientes do Programa;
- Às vezes não conseguiam realizar as tomadas de preços, devido aos estabelecimentos comerciais não estarem legalizados, conforme o programa pedia;
- Dificuldade de movimentação bancária, pois os comerciantes não queriam aceitar o pagamento em cheques;
- A falta de recursos ou pouco valor de repasse para manter o funcionamento da escola durante o ano todo;
- O repasse era apenas uma vez ao ano, além de não ser de valor suficiente, não dando tempo de realizar a prestação de contas de forma devida;
- Falta de formação ou informações necessárias para a implantação e implementação do Programa com eficiência.

Mafassioli (2015) também realizou um estudo bibliográfico, intitulado: “20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública”, apurando as seguintes dificuldades:

- Em estabelecer a gestão democrática na prática das escolas públicas;
- Uma autonomia relativa, devido às exigências nos gastos dos recursos dentro do próprio Programa;
- Os profissionais da escola ficam sobrecarregados com as responsabilidades burocráticas das prestações de contas dos Programas oficiais, já que o PDDE não é apenas o único;
- Mesmo com a ampliação dos valores repassados às UEx, ainda não são suficientes, para a manutenção escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É interessante analisar a avaliação do PDDE ao longo dos primeiros 10 anos e após 20 anos, respectivamente, de sua implementação e perceber que tantos problemas daqueles anos podem ainda se refletir na comunidade atual.

As dificuldades existentes tanto nas reuniões com a comunidade, quanto na criação de chapas para a concorrência aos cargos vacantes a cada período ou pleito eleitoral, o se colocar à disposição como voluntário para exercer o cargo, auxiliando a escola local no recebimento das verbas federais, são questões não raras; tanto para o Conselho Escolar quanto para a APMF, onde o primeiro é deliberativo e fiscal e o segundo fará a execução apenas. Ressalta-se aqui que não lidam com o dinheiro físico (o que pode ser positivo para a não-corrupção e desvios das verbas) e as demandas precisam ser autorizadas na lista das despesas “de compras”; tem-se na pessoa do diretor escolar como aquele que presta contas à Secretaria de Educação do Município e esta última ao Governo Federal/Tribunal de Contas, mesmo assim, corre-se o risco de não ter a representatividade necessária por parte da comunidade escolar.

Enfim, essas são questões de regulação e controle social e econômico; onde a ideia que se criou ao longo do tempo é que as pessoas são penalizadas, até criminalmente, a partir das prestações de contas sob sua responsabilidade.

O que percebemos também, é que os programas e políticas públicas que envolvem a escola como um todo é que são implementados de cima para baixo, do Estado/MEC às

Escolas, e que talvez a comunidade não se aproprie por conta de que não partiu dela o querer que isso fosse implementado, ninguém perguntou, foi imposto, logo, não é política de base. Conforme aponta Sousa (2006, p. 12), o levante das pessoas nas atividades sociais sindicalizadas, associações e agremiações, demonstra que se criam lideranças sociais que juntamente com as demais pessoas se inter-relacionam, mesmo que com dificuldades, e se organizam para perceber o que pode ser mudado no local ou na instituição em que convivem e que esta dependência traz as consequências para todos que dela fazem parte. A participação e representação muitas vezes aparece quando as associações são implantadas, porém sem ter uma liderança séria, acaba perdendo a credibilidade e perde, por causa disso, seus adeptos, levando à falta de movimentação popular. Sem tomar consciência de seu papel social, as entidades ou associações acabam perdendo seu poder diante dos governantes, que acabam por tomar suas decisões e impô-las aos demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento, se acredita que os gestores e demais professores, que por experiência e sendo conhecedores das técnicas de aplicação do PDDE e outros programas de políticas públicas, ao compartilharem com os demais que não conhecem, a saber, outros profissionais da escola e comunidade, tornam possível a disseminação das mesmas e a apropriação delas. A partir da socialização do saber, as comunidades escolares poderão usufruir de seu papel social junto à Instituição Escolar, tornando-a uma tecnologia social, como tantas outras. Porém, ainda há ineditismo na pesquisa voltada ao PDDE enquanto fruto da tecnologia social. Essas informações podem ser repassadas através de mídias sociais, cartazes breves fixados no edital da instituição escolar, bilhetes nas agendas ou, ainda, de vez em quando as pessoas responsáveis pelo recebimento ou entrega das crianças no portão da escola chamando os pais, pessoalmente, para comparecerem às reuniões previamente agendadas, enfim, criar oportunidades para divulgação do Conselho Escolar e APMF.

A tecnologia social, como dá a entender Lobo *et al* (2013), vem ganhando força nos debates que envolvem as questões econômicas e sociais, principalmente no tangente às novas possibilidades tecnológicas voltadas às populações mais vulneráveis, e que representam efetivas soluções de transformações sociais, precisando ter baixo custo e favorecer a comunidade como um todo, sendo possível a sua reprodução e apropriação.

Dentro de suas características, podemos citar as que envolvem a adaptação a produtores e consumidores de baixa renda; negação das formas de controle presentes na produção capitalista; seu objetivo principal é a satisfação das necessidades humanas, com ênfase no valor de uso e não no valor de troca; incentivo ao potencial e à criatividade de produtores e usuários e à inclusão social.

Nesse mesmo sentido, enquanto tecnologia social, quando a comunidade se apropria das técnicas, as instâncias colegiadas podem sim, fazer parte da escola através da gestão democrática, participativa, ativa, com voz e voto em todas as circunstâncias e pode requerer os poderes a ela concedidos, auxiliando a escola, não só na aplicação dos recursos, mas na resolução de vários problemas, conforme cita Paro (1996, p. 114), ao afirmar que a escola ganha força diante do Estado quando não é apenas o diretor, mas um grupo representativo, a reivindicar, instrumentalizado pela conscientização que sua própria organização propicia, nesse caso, o colegiado.

Assim, percebe-se a importância de abrir o diálogo e saber ouvir o outro. As questões levantadas nesse estudo podem e devem ser respondidas mediante a troca de experiências, busca constante de conhecimento, envolvimento, respeito, empatia por parte daqueles que estão exercendo cargos de gestão, liderança das Unidades Escolares, o que é essencial, pois é considerado um canal de troca de informações entre escola, docentes, discentes e famílias, que perceberão a importância de delegar as tarefas e dividir os trabalhos, como parte da garantia da educação de qualidade, mesmo que demande tempo ensinando os demais.

O tecnicismo que fica concentrado em poucas pessoas é tarefa egoísta, enquanto que a tecnologia social seria altruísta, pois é necessário compartilhar para que outras pessoas aprendam, dominem as técnicas e sejam também reprodutores de conhecimento político, social, educativo e ainda econômico.

Para resolver esses e outros problemas vistos nas instituições escolares, certamente, a interdisciplinaridade apontada por Frigotto (2010), como uma necessidade diante da história construída e também como um desafio a ser vencido, auxiliaria a corrigir os problemas decorrentes da pesquisa: sociologia, história, direito, gestão pública, economia e outras áreas que poderiam estudar mais a comunidade escolar e a participação efetiva nas instâncias colegiadas e difundir os conhecimentos alcançados para melhorar sua finalidade específica, que é a garantia do ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos, pois se várias áreas se debruçarem sobre o mesmo problema, apresentariam várias visões e convergiriam para apresentar soluções cabíveis.

Nunca é tarde para contribuímos para a ampliação do debate sobre a educação, principalmente, quando fazemos parte dela.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> último acesso em 28/03/2023

BRASIL. LEI n.º 11.947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm> último acesso em 28/03/2023.

BRASIL. Lei Nº 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> último acesso em 02/08/2023.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.100-31, de 24 de abril de 2001. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2100-31.htm> último acesso em 28/03/2023.

BRASIL. MEC. Plataforma do PDDE Interativo. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes/plataforma-pdde-interativo>> último acesso em 11/08/2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto.** Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FRIGOTTO, G. A Interdisciplinaridade como necessidade e como Problema Nas Ciências Sociais. **Ideação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. p.41–62, 2010. DOI: 10.48075/ri.v10i1.4143. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>>. Último acesso em: 10/08/2023.

LOBO, Marco Aurélio Arbage; Lima, Dula Maria Bento de; SOUZA, Cezarina Maria Nobre; NASCIMENTO, Waddle Almeida, ARAÚJO, Leiliane Cristina Cardoso; SANTOS, Neucy Barreto dos. Avaliação econômica de tecnologias sociais aplicadas à promoção de saúde: abastecimento de água por sistema Sodis em comunidades ribeirinhas da Amazônia. **Ciênc. Saúde Coletiva**:18(7):2119–27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000700027>> último acesso em 10/08/2023.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. **20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública.** *Fineduca* – Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 5, n. 12, 2015. ISSN: 2236-

5907. Disponível em <<https://doi.galoa.com.br/doi/10.17648/fineduca-2236-5907-v5-67555>> último acesso em 28/03/2023.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia.** Campinas/SP: Papirus, 1996.

PERONI, Vera Maria Vidal. ADRIÃO, Theresa. **Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 204 p. ISBN 85-86260-42-8.
Disponível em
<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Programa+dinheiro+direto+na+escola+uma+proposta+de+redefini%C3%A7%C3%A3o+do+papel+do+Estado+na+educa%C3%A7%C3%A3o/f39b25b6-d796-45b2-b701-6ccc1bdf2296?version=1.2>> último acesso em 28/03/2023.